



As representações do uso das tecnologias na teoria burocrática e política

Representations of the use of technologies in bureaucratic and political theory

Fabiane Garcia
Universidade do Minho, Universidade Federal do Amazonas

Resumo

O trabalho incorpora conceitos de uma pesquisa finalizada, em um cenário resultante da crise econômica de 2008, que tem influenciado a retomada de teorias e posturas tradicionais ou ortodoxas, em relação ao uso das tecnologias na educação. Retrata duas teorias de análise organizacional e de uso das tecnologias, nomeadamente o enquadramento burocrático e político. Os resultados correspondem a uma análise teórica modelada como um estudo de caso, com realce para o processo de categorização em uma análise de conteúdo mediada por dois softwares de apoio à análise de dados qualitativos (quantitative data analysis – QDA).

Palavras-chave: Tecnologia, burocracia, política, educação.

Abstract

The work incorporates concepts of a finished research, in a scenario resulting from the economic crisis of 2008, which has influenced the resumption of traditional or orthodox theories and postures, regarding the use of technologies in education. It portrays two theories of organizational analysis and use of technologies, namely bureaucratic and political equation. The results correspond to a theoretical analysis modeled as a case study, with emphasis for the categorization process in a content analysis mediated by two software supporting quantitative data analysis (QDA).

Keywords: Technology, bureaucracy, politics, education.

Introdução

O estudo tem o intuito de discutir os referenciais teóricos e práticos dos processos que engendram a inserção das tecnologias no meio social. No âmbito educacional, o caso do uso dos laboratórios de informática, serão suscitados as bases a partir dos acontecimentos que afetam a aldeia global. Esse processo é pensado na articulação entre o local e o global fundamentalmente a partir da cadeia de tecnologias, o que permite uma reflexão do uso da tecnologia como mecanismo da propagação do estágio ou momento que o capitalismo apresenta.

Não restrito a esta perspectiva, observa-se que tanto os movimentos populares que clamam por participação, quanto os que se colocam em situação contrária as políticas de globalização, não apresentam dissenso em relação ao uso e necessidade das novas tecnologias, ainda que por vezes ela tenha motivado algum medo em grupos de trabalhadores e em segmentos avessos ao seu uso. Assim, a proposta parte dos referenciais de análise organizacionais por considerá-los adequados para pensar

a escola enquanto organização afetada e envolvida no processo de modernização burocratizante que presenciamos. Mediante a isto, para Lima a escola

...resulta numa burocracia escolar radicalizada, ampliada, ou, como prefiro chamar-lhe, numa hiperburocracia, aliás induzida e reforçada pelas novas tecnologias da informação e comunicação, que emergem como uma espécie de nova fonte de controlo centralizado, electrónico e aparentemente difuso, mas contudo poderoso, sempre presente em cada momento e em todos os lugares, isto é, de natureza totalizante e, por vezes, quase totalitária (Lima, 2011, p. 18)

A partir dessa breve apresentação, é necessário explicitar que a organização da análise resulta do contexto de três categorias dimensionadas a partir do uso de um *software* (tipo QDA) para a organização dos conceitos e temáticas referentes no estudo. O uso do *NVivo*, como suporte na análise de categorias, já ocorre regularmente ao longo de algumas pesquisas anteriores. Nesse caso, põe em evidência uma pesquisa realizada em 2006 e alguns referenciais sobre o enquadramento organizacional burocrático e político em decorrência do uso das novas tecnologias. Desse modo, cumpre esclarecer o *NVivo* pertence à empresa QSR International Pty Ltd (2014, p. 05), uma produtora mundial de *software* de pesquisa qualitativa, de propriedade privada. O uso do *software* permite o trabalho com fontes em diferentes formatos, pois o *Nvivo*, em suas versões atuais, possibilita o trabalho com mídias e redes sociais. No estudo, o uso ficou restrito aos textos no formato de PDF, em que as marcações em nós possibilitaram melhor organização e visualização dos conceitos, em categorias predeterminadas a partir de uma pesquisa já realizada (Garcia, 2015). Efetivamente o uso do *software* no presente trabalho poderia ser comparado a uma técnica tradicional de fichamento, que com o uso do *Nvivo* possibilita novas variações e perspectivas.

Do modelo burocrático racional ao político: Uma travessia nas correntezas, fontes e fronteiras do uso das tecnologias

As teorias burocráticas, quando aliadas a práticas e demais concepções ortodoxas, compõem o que no estudo agrupamos como teorias da *conformidade* (Garcia, 2015). Nesse conjunto teórico, a situação vivida nos dias de hoje condiciona os ajustes e arranjos possíveis para

uma nova florescência, ou seja, uma maneira nova de lidar com os velhos princípios do capitalismo de modo a assegurar sua eficiência e eficácia. Esta realidade disposta se apresenta no quadro da globalização, pois segundo Bourdieu (1998, p.47) “Se a globalização é antes do mais um mito justificador, há um caso em que é bem real, e esse caso é os dos mercados financeiros. A favor do afrouxamento de um certo número de controlos jurídicos e da melhoria dos meios de comunicação modernos que acarreta uma baixa dos custos de comunicação, tende a instalar-se um mercado financeiro unificado, o que não quer dizer homogêneo...”.

A retomada burocrática também ocorre após a onda democratizante que se espalhou na década de setenta pelo mundo ocidental. Em oposição, sobressaem-se os movimentos de inclusão, participação e democratização de espaços e bens sociais, compondo nosso segundo conjunto teórico denominado de *contestação*. Nas teorias da contestação não há como prosseguir nos modelos da conformidade sem uma perspectiva inclusiva: emergem experiências de espaços geográficos novos, como forma de enfrentamento dos problemas da participação, e assim, ecoa como uma ideia renovada de combate às velhas práticas.

A terceira configuração teórica se apresenta pelo nome de *conflagração*. Sua distinção básica é o abandono de um consenso, do equilíbrio ou preponderância de um grupo, classe ou indivíduo. Neste campo, o conflito e antagonismo são marcas de uma sociedade que se deseja democrática. Na conflagração não se acredita em possíveis remendos, pois preconiza uma mudança radical na essência da ideia de democracia e de política como até então se processa. Neste limiar o modelo político representa um escopo para a análises que constituam oposição ao modelo burocrático. Assim, este estudo se organiza, tendo em conta a primazia que o conflito e a contradição apresentam. Para Estêvão (2001, p. 184) o modelo político as “coligações de interesses” têm diferentes metas, valores, crenças e percepções da realidade, onde se cruzam, na luta pelo poder, racionalidades plurais que destroem, o mito da racionalidade do modelo *one best way* característico da burocracia.

Na perspectiva do modelo de análise político, a questão da tecnificação da educação representa uma estratégia dos agrupamentos de poder, que, percebendo as lutas e movimentos sociais, podem antecipar determinadas políticas como forma de desarticulação e direcionamento dos processos de mudança de acordo com seus interesses. Nesse sentido, temos um uso da contestação aos serviços da conformidade. Segundo Evangelista (1997, p. 12), há nas tecnologias “[...] objetivos de superar as estruturas tradicionais da educação formal, de equipar as escolas com as modernas tecnologias da comunicação e de prover a sociedade dos meios indispensáveis ao cumprimento da meta ‘educação para todos’ - vale dizer mundializada, a distância, satelizada [...]”.

De modo geral, o conjunto teórico da conformidade pode ser representado pelo lado tradicional e reacionário da sociedade e da escola. Entretanto, isso não significa uma aversão pela tecnologia. Ao contrário, as tecnologias são necessárias à medida que reforçam ou ampliam os

objetivos da organização. De fato, não podemos pensar uma organização burocrática que dispense do uso das novas tecnologias, pois elas também asseguram a eficiência e eficácia. Nesse sentido, Morgan (2006, p. 30) acredita que,

Os teóricos clássicos reconheceram que era importante atingir um equilíbrio ou harmonia entre os aspectos humanos e técnicos da organização, especialmente através dos procedimentos apropriados de seleção e treinamento, mas a sua principal orientação foi fazer com que os seres humanos se adequassem às exigências das organizações mecanicistas...

O uso das tecnologias quando associado às teorias da contestação representam a resposta do Estado a inúmeras pressões no sentido da democratização e acesso aos bens sociais produzidos, porém nesse movimento pode ocorrer a desarticulação das lutas e movimentos sociais. A existência e a supervalorização da tecnologia não garantem a redução da desigualdade, e por si só não assegurou seu uso em sala de aula. Argumentos como estes têm ajudado a pressionar a comunidade, professores, pais e alunos a fazer uso dos recursos tecnológicos, em especial dos laboratórios de informática. Silveira (2003, p. 22) afirma que,

Deve-se considerar que ações de inclusão digital são importantes para a redução da miséria, rompendo a reprodução do ciclo da ignorância e do atraso tecnológico, mas acabam favorecendo os grandes conglomerados da nova economia com uma mão-de-obra capacitada, com habilidade em informática, hardware, software e serviços de manutenção.

O processo de inserção da tecnologia, hoje, pode ser confundido ou assumido publicamente como uma política de redução da desigualdade, característica típica da contestação ressignificada pela conformidade, mas a raiz deste processo vincula-se à globalização e liga-se diretamente ao mundo do trabalho. Ianni (1999, p. 35) afirma: “Na época da globalização do capitalismo o mundo do trabalho torna-se realmente mundial, deixando de ser uma metáfora. Agora, ele se dinamiza segundo o jogo das forças sociais que constituem, organizam, movimentam e tencionam a sociedade global”.

Ao mencionar esse ponto, é preciso referendar que as tecnologias ou mídias presentes não atuam de forma independente dos homens que as produzem. Neste sentido, as tecnologias transportam as determinações culturais e sociais que lhes criam, sendo marca cultural da sociedade moderna que transita oportunamente entre as teorias da conformidade e contestação. Segundo Warnier (2000, p.13), “Uma cultura não pode viver ou transmitir-se independentemente da sociedade que a alimenta”.

A conformidade, ao se apropriar das conquistas e lutas dos movimentos de contestação, transparece que a tecnologia irá superar anos de fracassos e descontinuidades, credita que, pela escola, a sociedade possa fundamentalmente abraçar caminhos mais seguros e igualitários. O exposto configura um corolário de legitimação dos processos em andamento, além disso, a realidade da escola é complexa em suas múltiplas e intermináveis funções, ela está dia a dia incumbida por

novos programas, metas e responsabilidades nas mesmas condições de outrora. Mediante um dos objetivos quase que perenes da escola. Para Lima (2012, p. 27):

Num passado não muito remoto, a educação do povo não servia para nada e arriscava-se a contaminá-lo pela cultura letrada, com prejuízo para a sua celebrada rusticidade e autenticidade. No presente, pelo contrário, parece que a educação tudo pode e tudo deve realizar, sobretudo quando funcionalmente adaptada aos imperativos da economia, reconvertida em aprendizagem de 'habilidades economicamente valorizáveis' ou em 'qualificações para o crescimento econômico', segundo as categorias dominantes nos discursos de política educacional.

As mudanças que se evidenciam no ambiente escolar efetuam-se em um sistema de redes, no qual as escolas como pontos servem de conexão, para a manifestação do interesse global. Para Silva, Duarte e Souza (2013, p.167)

O ser humano vive a revolução do conhecimento, o impacto das redes de computadores, da microeletrônica, das telecomunicações. Esses avanços são sentidos no trabalho, na educação, na economia, no passatempo, nas artes, ou seja, em todas as esferas sociais. Dessa forma, o ser humano segue como parte integrante, por um lado passivo e outro ativo, nesse cenário de singular e de intensas mudanças tecnológicas.

É parte do contexto apresentado, a ajuda de outrora das grandes economias aos países mais pobres com o pretexto do desenvolvimento, ainda que não tenham ocorrido de maneira imediata ou espontânea. O apoio trouxe consigo uma série de normas e restrições que condicionaram a ajuda financeira e deram base ao processo de exportações tecnológica e cultural. Mesmo com profundas exigências amarradas por contratos e cláusulas que dificilmente podem ser cumpridas.

Em relação as demandas pedagógicas, o uso do laboratório de informática nas escolas, não estão ligadas às proposições futuras, que alguns teóricos já formularam para o que denominam de pós-humanismo¹, mas aos resultados não alcançados na educação a partir da inserção deste recurso na escola. A maneira pela qual se implantou a política de tecnificação para a escola, segundo a forma como foi planejada desde a segunda metade do século XX, nos leva a considerar que os resultados atuais não expressam a expectativa gerada, ou seja, uma mudança significativa em indicadores de qualidade. No Brasil a evasão, repetência e domínio dos chamados conhecimentos mínimos, caracterizam uma realidade educacional próxima dos índices de países como o Camboja, que tradicionalmente investem pouco em educação. De igual modo, os resultados nos demais mecanismos avaliativos internacionais não apontam melhores cenários.

Os indícios do fracasso da relação custo/benefício, no que tange a aplicabilidade na área educacional, põem em cheque a credibilidade até então depositada na presença da tecnologia nas escolas e das demandas e lutas

defendidas pela teoria da contestação. Para as teorias da conformidade a participação e as necessidades clamadas pela contestação, acarretaram um excesso de demandas que culminou com a crise econômica atual. Por outro lado, a conflagração acredita que a participação foi, em muitos casos, uma forma de legitimação e cooptação por parte do Estado.

Além dos pontos descritos, o uso das tecnologias revela disparidades internas entre centros urbanos e rurais. Atualmente, tem ocorrido um processo de tecnificação do campo, por meio de programas que levam ao campo sinais eminentemente urbanos, como o caso da luz elétrica. A aproximação urbano/rural, entendida como aplicação em massa das tecnologias, tem alterado a forma do ver e do fazer no meio rural. Mudanças drásticas são percebidas, por exemplo, na dieta alimentar com a inserção do refrigerante e outros, típicos dos centros urbanos.

No caso do Amazonas, nas áreas ribeirinhas, a chegada das tecnologias, além de pertinente as teorias da contestação, se articula à extensão do processo de exportação de tecnologia excedente. De outra forma, contempla a premissa de que o uso da tecnologia na escola é uma opção histórica, irreversível e imperativa na solução de seus antigos problemas e dessas demandas atuais.

No que tange ao laboratório de informática nas áreas ribeirinhas, a perspectiva de uso ainda vinculada à transposição para o virtual daquilo que tão bem se fazia no papel ou com outros instrumentos. Poucas são as experiências que conseguem ultrapassar esse processo de informatização das velhas práticas. Em verdade, esperou-se que, com o computador se suplantasse questões relativas à formação docente, dedicação ao magistério, remuneração, condições e tempo de trabalho docente fossem minimizadas.

Como visto, a conformidade se aproveita de uma demanda social, exigida em instâncias participativas tão característica a contestação, para que demandas antigas e substanciais entrem na obsolescência do discurso político. Por outro lado, a conformidade se fortaleceu a medida que o uso das tecnologias lhe possibilitou uma forma eficiente e rápida de controle, nos colocando numa espécie de panóptico moderno. Para Vilas (2000, p. 31):

A incorporação das inovações da informática à gestão pública ampliou a coleta, organização e análise de dados das agências governamentais e deu maior capacidade para o controle e disciplina sobre a população. Estes mesmos desenvolvimentos técnicos favorecem a quase instantânea mobilidade de capitais e abrem possibilidade de maior autonomia aos atores sociais e também, de maior fiscalização às autoridades.

Mesmo que inserido na perspectiva das novas formas de controle e dominação, o laboratório de informática, ainda é uma demanda para a escola e a sociedade, sob pena de torna-lo mais um fracasso entre os demais que a escola já acumula. Evidentemente, o uso combinado do laboratório ajudará a reverter os demais índices, mas não

¹ Segundo Felinto (2006), seus defensores na Internet almejam a partir das tecnologias a expansão da consciência e de todas as capacidades corporais e intelectuais do homem.

é sua finalidade como a conformidade pode supor ao beneficiar a economia com sua inserção nas escolas. Mas, sua presença na escola precisa ser pensada a partir de outros pressupostos e percebido em um enquadramento políticos no qual os pressupostos da conflagração podem exercer algum direcionamento. Assim, em um contexto vinculativo aos direitos Estêvão, no referencial do que denominou de justiça organizacional e de participação, acredita que isso,

...levaria a conceber a realização da autonomia da escola como um projecto emancipatório, onde o controlo democrático estaria nas mãos dos próprios actores afectados pelas decisões educativas, o que evitaria, entre outras coisas, que a competência especializada dos professores se constituísse num obstáculo ao diálogo com os pais, ao mesmo tempo que impedira que a participação de outros actores nas decisões da escola pudesse violar outras pautas morais como a justiça e a igualdade... (Estêvão, 2012, p. 127)

No geral, o planejamento da atividade educacional levou em consideração a abrangência do macrossistema no intuito de assegurar o binômio educação e desenvolvimento, enfim, das condições propícias ao exercício da docilidade, da conformação da força de trabalho aos interesses do capital e mesmo políticos, estejam eles no âmbito local ou mundial.

As iniciativas e desdobramentos atuais do uso das tecnologias, corroboram as múltiplas possibilidades que as sociedades democráticas e mundializadas possibilitam aos seus partícipes. Os indicadores positivos relativos à escolarização asseguram o acesso às mídias e aos escritos que o homem historicamente tem produzido. Mesmo assim, o uso da tecnologia não se deu na escola ou para a escola. Ocorre de maneira dinâmica e se entrelaça ao conjunto da sociedade. Nesse sentido, Crozier (1964), ao situar as organizações em contextos atuais, acredita que o comportamento burocrático moderno tem origem em processos organizacionais complexos, mas esses processos, também, são o resultado de negociação entre os vários grupos, e entre a organização e esses grupos, sobre a maneira de impor conformidade e racionalidade.

No geral, os problemas sociais e principalmente educacionais são percebidos a partir da dificuldade de dar prospectos modernizantes ao pensar e ao fazer dos sujeitos envolvidos. No caso da escola, esperava-se que o computador fosse capaz de resolver questões seculares na educação, como evasão e repetência. Como as pesquisas continuam a apresentar índices da não qualidade, torna-se necessário um novo viés para justificar, explicar e discutir esses indesejáveis índices. O questionamento atual evidencia a eficácia do uso do computador nas escolas, da possibilidade de se continuar fazendo altos investimentos quando dele não resultam os dados esperados.

Por outro lado, a presença inicial dos laboratórios nas escolas gerou em si demandas e necessidades antes não existentes. Em uma pesquisa sobre o uso dos laboratórios de informática realizada no sistema estadual de educação do Amazonas (Garcia, 2006) registra que pais, alunos e professores não se ressentiam da ausência do computador, por pensar que isso poderia depreciar ou

mesmo comprometer o desempenho educacional. Para eles, o laboratório responde a necessidades objetivas de acesso a informações e mesmo de resolução de problemas para a família como um todo, pois sem o laboratório pagavam a digitação de seus trabalhos escolares, além de não poderem participar de seleções e processos de escolarização ou empregabilidade que já estavam disponíveis apenas em plataformas *onlines*. Nesse sentido, em suas falas surgiam necessidades objetivas enraizadas no cotidiano e nos fazeres da sala de aula.

Considerações finais:

Efetivamente, o fascínio que o computador desperta em seus usuários poderia ser analisado em um estudo com parâmetros psicológicos e sociológicos. Na escola, o enfoque deverá ser direcionado para as formas de uso do computador por alunos, professores e comunidade. A chamada pedagogia da autoria é uma das formas mais dinâmicas e democráticas para o uso da informática na educação, mas demanda um processo de formação consolidado nem sempre encontrada nas escolas. O domínio e manuseio das TIC's, nesse sentido, não é tão representativo, quanto ao domínio dos pressupostos filosóficos e educacionais que envolvem o fazer docente.

Os aspectos criativo e inovador têm sido vistos historicamente como pouco representativo nas escolas de ensino fundamental e médio. Parece oportuno, então, que se deseje oferecer saídas para essas questões, que ainda permanecem e comprometem o uso do computador em sala de aula. A questão da minimização dos aspectos criativos e inovadores não se vincula diretamente à informática, mas contamina o cenário educacional em velocidade e proporção dos chamados vírus. Usam outras redes tão ou mais eficientes que a Internet.

Na educação, o que encanta e assusta possui o mesmo sentido e profundidade. Não somos capazes de prever o que virá, mas parece que estamos registrando e nos lamentando sobre o que aconteceu e aguardando o que virá. Somos sujeitos que, por entusiasmo e conjugação de fatores, não dominamos os acontecimentos e ações dinâmicas que envolvem a sala de aula. Embora se saiba que acontece e o que aconteceu na sala de aula, no ritmo que estamos ninguém se arisca a dizer o que virá. A incerteza dos prenúncios ocorre menos pelas possibilidades de uso das tecnologias, e mais pela capacidade criativa e inventiva dos seres humanos que, quando agrupados em espaços como a sala de aula, podem produzir algo muito além do que possamos esperar ou prever. Para o bem ou para mal, só a história feita pelo homem sujeito será capaz de julgar.

No entrelace entre a questão das tecnologias e as teorias com as quais podemos compreender o processo e nos organizar para seu futuro vindouros, concluímos que tanto as teorias da *conformidade* quanto as de *contestação* buscam determinado equilíbrio ou consenso e esperam, pelo uso das novas tecnologias, facilitar sua consecução. O confronto, para ambas, ocorre na articulação do poder político, econômico e ideológico com as estruturas de poder socialmente organizadas, o que acarreta oposição e supremacia temporal entre uma e

outra, ou mesmo momentos de justaposição entre elas. Por outro lado, o cenário de crise econômica que assusta o mundo a partir de 2008 tem colocado o discurso da conflagração como improvável para o momento, pois se ele já foi tido como anti conciliador no apogeu da contestação, agora seu silêncio e silenciar é imposto por processos intimidatórios vinculados ao que tem se apresentado como crise do capitalismo pós 2008, fase que para alguns, se assemelha ao medo imposto no combate ao comunismo com a teoria dos comedores de criancinhas.

Seja a partir do modelo de análise político ou pela composição do que denominamos de teorias da conflagração, entendemos que o uso das tecnologias tem fortalecido os mecanismos de controle e a falsa ideia de participação e democratização. Deste modo, costumamos presenciar o uso das tecnologias para infligir a sociedade um tipo de participação com o uso de recursos que a maioria, os excluídos, não possui acesso. Neste caso, vejamos os projetos e outros dispositivos, disponibilizados *on line* para consulta e participação popular em um terminado período, pelos quais é suposto processos de inclusão e de participação popular. No caso do Amazonas, as condições técnicas como velocidade, pontos e possibilidades de acesso da internet inviabilizam a participação. Assim, para a teoria da conflagração a participação nas instâncias de poder instituídas indicam variantes da conformidade, e não uma possibilidade de mudança como espera a contestação.

Como visto, o tipo de participação experimentada com o uso das tecnologias tem servido como mecanismo que legitima a escolha entre as opções disponíveis, muitas vezes, já traçadas desde o princípio. Assim, a conflagração liga-se a ideia de democracia radical e plural, compõem-se pela cidadania como uma forma de identidade política, além da afirmação de liberdade e igualdade para todos. A conflagração se coloca frontalmente contra ao uso das tecnologias que reforçam a presença e as novas configurações da burocracia. De fato, ela pretende que a política e a adesão popular possam evitar a corrosão das conquistas sociais.

Agradecimentos

A pesquisa de 2015 referida no texto recebeu financiamento do CNPq.

Referências

- Bourdieu, Pierre (1998). *Contrafogos*. Oeiras: Celta editora.
- Croizier, Michel (1964). *The bureaucratic phenomenon*. The University of Chicago Press.
- Estêvão, Carlos V. (2012) *Política & valores em educação: Repensar a Educação e a escola pública como um direito*. Famalicão - Braga: Edições Húmos.(2001). *Redescobrir a escola portuguesa como organização*. Braga: Universidade do Minho.
- Evangelista, Ely Guimarães dos Santos (1997). *Educação e mundialização*. Goiânia: Ed. da UFG.
- Garcia, F. M. (2006). *Processos socioculturais da implementação de programas de informatização em escolas públicas: o caso do PROINFO-MEC em Manaus, 1998-2004*. Manaus: UFAM. (2015). *Escola, democracia e autonomia : uma análise das políticas e práticas no cotidiano escolar*. Braga: Universidade do Minho. Instituto de Educação
- Felinto, Erick (2006). *A comunicação dos autômatos: o imaginário do pós-humanismo na internet (conclusões de uma pesquisa)* In: Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
- Ianni, O. (1999). *Teoria da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira
- Lima, Licínio (2012). *Aprender para ganhar, conhecer para competir*. São Paulo: Cortez. (2011) Políticas educacionais, organização escolar e trabalho dos professores. *Educação: Teoria e Prática* – Vol. 21, n. 38. São Paulo: Período out/dez.
- Morgan, Gareth (2006). *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas.
- Vilas, Carlos M. Estado y mercado en la globalización: la reformulación de las relaciones entre política y economía. In.: *Rev. Sociologia Política. Curitiba*, 14: p. 29-49, jun. 2000.
- Silva, Bento; Duarte, Eliane; Souza, Karine (2013). *Tecnologias digitais de informação e comunicação: artefactos que potencializam o empreendedorismo da geração digital*. In: Morgado, José Carlos; Santos, Lucíola Licínio de Castro Paixão; Paraíso, Marlycy Alves (Org.), Estudos curriculares. Um debate contemporâneo. Curitiba: Editora CRV, p. 165-179. ISBN: 978-85-8042-775-2
- Silveira, Sérgio Amadeu da. *Exclusão digital*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- Warnier, Jean Pierre. *A mundialização da cultura*. Bauru, SP: EDUSC, 2000.